

TRABALHO DOCENTE E O ‘ENSINO REMOTO’ NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID – 19: UM REGISTRO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOLorena Rolim¹Solange de Andrade da Costa França²Josefa Jackline Rabelo³ (*Professora Supervisora*)**Resumo**

O presente artigo é resultado da Disciplina Estágio no Ensino Fundamental I, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, que sucedeu como uma pesquisa investigativa da realidade da educação no município de Fortaleza em tempos de pandemia, trazendo como objetivo geral apresentar e analisar criticamente o trabalho docente e as práticas pedagógicas com o ensino remoto no contexto da Covid-19 numa turma de 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A pesquisa é norteada pelos questionamentos: como estão acontecendo as práticas pedagógicas nesse período de pandemia, consequentemente, de ensino remoto? E quais foram os impactos no trabalho docente? A pesquisa contou com a participação de duas professoras da rede municipal de Fortaleza como objeto de estudo, sendo uma a Professora Regente A (PRA) e a outra Professora Regente B (PRB) da turma do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A coleta de dados foi feita mediante conversas via *Whatsapp*, entrevistas no Formulário do *Google*, além da pesquisa documental e bibliográfica de documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) e dos autores Arruda (2020), Pimenta e Lima (2005/2006); Antunes (2020) e Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo (2018) para a análise dos dados. Para fins de sistematização e organização, as informações coletadas na pesquisa de campo foram divididas em determinados eixos norteadores, a saber: (1) sobre a estrutura física e administrativa da escola; (2) sobre o/a professor/a: formação e trabalho docente; e por fim, (3) sobre as condições socioeconômicas dos alunos.

Palavras-chaves: Trabalho docente. Pandemia Covid-19. Experiência de estágio supervisionado.

TRABAJO DOCENTE Y “ENSEÑANZA” REMOTA EN EL CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19: UN RELATO DE EXPERIENCIA EN PASANTÍA OBLIGATORIA**Resumen**

Este artículo es el resultado de la Disciplina Pasantía en Educación Primaria I, componente curricular obligatorio del curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Ceará, que resultó en una investigación de la realidad de la educación de Fortaleza en el marco de la pandemia, cuyo objetivo general es presentar y analizar críticamente el trabajo docente y las prácticas pedagógicas con la enseñanza remota en el contexto del Covid-19 en una clase de 1er año de primaria. La investigación es basada por las siguientes preguntas: ¿Cómo se están dando las prácticas pedagógicas en este período pandémico, en consecuencia, la enseñanza remota? ¿Y

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Ceará. E-mail: lorena.rs87@gmail.com

² Pedagoga pela Universidade Federal do Ceará - UFC, E-mail: sol.andrade_@hotmail.com

³ Professora Titular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: jacklinerabelo@gmail.com

cuáles fueron los impactos en el trabajo docente? La investigación contó con la participación de dos docentes de la red municipal de Fortaleza como objeto de estudio, siendo una maestra regente A (PRA) y la otra maestra regente B (PRB) de 1er año de primaria. La recolección de datos se realizó a través de conversaciones por *Whatsapp*, entrevistas en el Formulario de *Google*, además de la búsqueda documental y bibliográfica de documentos de la Secretaría Municipal de Educación (SME) y los autores Arruda (2020), Pimenta y Lima (2005/2006); Antunes (2020) y Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo (2018), para análisis de datos. Para efectos de sistematización y organización, la información recolectada en la investigación de campo se dividió en ciertos ejes rectores, a saber: (1) sobre la estructura física y administrativa de la escuela; (2) sobre el docente: labor formativa y docente; y finalmente, (3) sobre las condiciones socioeconómicas de los estudiantes.

Palabras claves: Trabajo docente. Pandemia Covid-19. Experiencia de pasantía obligatoria.

Introdução

Com o advento da pandemia do novo coronavírus em março de 2020 e o alto índice de contágio e mortalidade da Covid-19 (*Corona Virus Disease*, 2019), a sociedade precisou adaptar-se a um novo modo de vida que inclui o isolamento social e a comunicação por meio de instrumentos tecnológicos via internet, como celular, computador, *tablet* e afins. Diversos setores do país (e do mundo) precisaram fechar as portas e mudar sua organização de trabalho para o modelo à distância ou *home office*, e as escolas seguiram o mesmo caminho.

No Ceará, foi aprovado em 16 de março de 2020 o primeiro decreto a exigir medidas restritivas, dias após a confirmação dos primeiros casos da doença no estado, com o intuito de barrar a disseminação do vírus. O Decreto nº 33519 explicitou a suspensão das atividades de bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres; templos, igrejas e demais instituições religiosas; museus, cinemas e outros equipamentos culturais, públicos e privados; academias, clubes, centros de ginástica e estabelecimentos similares; lojas ou estabelecimentos que pratiquem o comércio ou prestem serviços de natureza privada; "shopping center", galeria/centro comercial e estabelecimentos congêneres, salvo quanto a supermercados, farmácias e locais que prestem serviços de saúde no interior dos referidos estabelecimentos; feiras e exposições; indústrias, excetuadas as dos ramos farmacêutico, alimentício, de bebidas, produtos hospitalares ou laboratoriais, obras públicas, alto forno, gás, energia, água, mineral, produtos de limpeza e higiene pessoal, bem como respectivos fornecedores e distribuidores.

É necessário pontuar uma certa crítica às fragilidades das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde no combate ao novo coronavírus e seus impactos na vida dos brasileiros. O ex-ministro Luiz Henrique Mandetta era favorável às medidas de isolamento social e contra

o uso da cloroquina⁴, em discordância com o posicionamento do atual Presidente da República Jair Bolsonaro. Assim, em abril de 2020, Mandetta foi exonerado de seu cargo. Logo em seguida, Nelson Teich foi empossado no cargo, porém, durou apenas um mês como ministro da saúde por também apresentar divergências com o presidente em relação ao isolamento e à cloroquina. Depois de pouco mais de um mês sem a nomeação de um novo ministro, o general Eduardo Pazuello assumiu o cargo e se mantém até o momento da escrita desse trabalho (outubro de 2020), sem articular uma política séria e coordenada para o combate à disseminação do vírus. O País ficou jogado à própria sorte, apresentando números alarmantes de contaminação e de mortes pela Covid-19. O Governo Federal imprimiu uma política de negacionismo sobre a gravidade da doença e se colocou ao lado dos que criticavam medidas de distanciamento e isolamento social.

As instituições educacionais, desde a educação infantil ao ensino superior, tiveram suas atividades suspensas por determinado tempo, porém, a Secretaria Municipal de Educação (SME) do Município de Fortaleza em consonância com o Ministério da Educação (MEC) regulamentou um documento intitulado como “Orientação para a realização das avaliações escolares e registro de desempenho” (2020) estabelecendo diretrizes para o trabalho docente durante esse período.

Segundo Barbosa (2013), qualquer prática pedagógica está sujeita a mudanças baseadas nas circunstâncias e necessidades sociais e econômicas vigentes, assim, o contexto da pandemia caracteriza-se como um momento ímpar na construção de novas estratégias de ensino e numa reconfiguração do papel do/a professor/a.

No início da escolarização, a criança depara-se com o contato sistematizado com a língua escrita de forma que possa apropriar-se dessa língua e compreender seu uso social, dominando-a enquanto produção histórica, social e cultural da sociedade. De acordo com Val (2013, p. 19), “a apropriação da escrita é um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto o domínio do sistema alfabético/ortográfico quanto a compreensão e o uso efetivo e autônomo da língua escrita em práticas sociais diversificadas”.

Nesse sentido, o presente artigo é resultado da Disciplina de Estágio no Ensino Fundamental I⁵, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, que sucedeu como uma pesquisa investigativa da realidade da educação no

⁴ Medicação destinada ao tratamento da malária e da amebíase hepática, segundo o site Bulario.com. Disponível em: <https://www.bulario.com/cloroquina/>. Acesso em: out. 2020.

⁵ A disciplina de Estágio foi orientada pela Professora Josefa Jackline Rabelo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, que acompanhou todas as atividades no semestre 2020.1, realizadas no período de agosto a novembro de 2020.

município de Fortaleza no contexto da pandemia, trazendo como objetivo geral apresentar e analisar criticamente o trabalho docente e as práticas pedagógicas com o ensino remoto no contexto da Covid-19 numa turma de 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A pesquisa é norteada pelos questionamentos: como estão acontecendo as práticas pedagógicas nesse período de pandemia, conseqüentemente, de ensino remoto? E quais foram os impactos no trabalho docente?

Erroneamente, o estágio é concebido como a “hora da prática”. Com base em Pimenta e Lima (2005/2006), o estágio é um campo de conhecimento em que o estagiário se depara com o campo social, a saber, a escola onde acontecem as práticas educativas, e assim, pode constituir-se como uma atividade que associa ensino e pesquisa, justificando então a realização do presente estágio e legitimando os dados aqui expostos.

Ainda sobre a temática dos Estágios Curriculares no Curso de Pedagogia articulando pesquisa e ensino, Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo (2018), explicitam que com o estágio supervisionado:

[...] ocorre uma real possibilidade de desenvolvimento do espírito de investigação e de pesquisa com a redação de trabalhos e com a descrição e a análise das situações reais observadas. Isso também pode pelo menos minimizar em muito a distância entre a universidade e a escola básica. Instituições de papéis educacionais diversos, mas complementares, passam a interagir e integrar-se a partir dessa vivência recíproca entre seus estudantes e educadores. (RIBEIRO; RABELO; MENDES SEGUNDO e CARMO, 2018, p. 12).

Nossa pesquisa contou com a participação de duas professoras da rede municipal de Fortaleza como objeto de estudo, sendo uma a Professora Regente A (PRA) e a outra Professora Regente B (PRB) da turma do 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A coleta de dados foi feita mediante conversas via *Whatsapp*, entrevistas no Formulário do *Google*, além da pesquisa documental e bibliográfica de documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) e dos autores Arruda (2020), Pimenta e Lima (2005/2006), Antunes (2020) e Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo (2018), para a análise dos dados.

Para fins de sistematização e organização, as informações coletadas na pesquisa de campo foram divididas em determinados eixos norteadores, a saber: (1) sobre a estrutura física e administrativa da escola; (2) sobre o/a professor/a: formação e trabalho docente; e por fim, (3) sobre as condições socioeconômicas dos alunos.

2 Resultados e análise dos dados

Com a suspensão das aulas em março de 2020 mediante o Decreto Estadual de nº33519, o espaço “escola” foi substituído pelo espaço “casa” para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, em caráter emergencial no modelo remoto, tendo em vista a atual situação de crise. Nesse contexto, a instituição investigada nesse trabalho teve seus espaços físicos reformados e recebeu financiamento para a compra de materiais de limpeza e higiene como álcool em gel, instalação de pias, tapetes sanitizantes, água sanitária e afins. Como não houve observação no modo presencial da parte das pesquisadoras/estagiárias, as informações acima foram apreendidas conforme a fala das professoras entrevistadas.

O Governador Camilo Santana (PT) aprovou um decreto estadual permitindo o retorno presencial de forma progressiva das aulas em escolas públicas e privadas a partir de 1º de outubro desse mesmo ano (2020). A notícia deixou as professoras muito assustadas e apreensivas, a professora 1 relatou suas inquietações dizendo “*até que ponto eles (os alunos) entendem que a professora não pode abraçar?*”, e que “*o ensino sem o afeto, o contato é muito difícil*”. No fim, os municípios e instituições escolares tiveram autonomia para decidir se iriam aderir ou não ao retorno presencial e Fortaleza, conforme a SME, optou por retomar apenas em 2021⁶.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza diversas recomendações de prevenção à Covid, dentre elas a frequente lavagem das mãos e a higienização com álcool em gel 70%, além do uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes. Ainda que a escola tenha recebido essas medidas de segurança sanitárias, as professoras relataram não se sentirem seguras para um possível retorno.

As professoras entrevistadas compreendem que as mudanças na administração da escola passam pela reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é responsável por nortear os objetivos, metas e caracterizar a instituição e o público a que atende, abrangendo todo o seu planejamento e avaliação. Em meio a uma pandemia que impactou e continua impactando a vida da população mundial, uma reforma no PPP, segundo as professoras, pode ser uma ferramenta importante para criar novas estratégias e planos de ação adequados.

O segundo eixo norteador das entrevistas e de delineamento da pesquisa diz respeito ao rastreamento da situação do trabalho docente no contexto da pandemia e, conseqüentemente do ensino remoto com o título de “sobre o/a professor/a: formação e trabalho docente”.

⁶ Dados obtidos a partir da matéria do G1 Ceará. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/09/25/data-para-retorno-de-aulas-presenciais-em-escolas-municipais-de-fortaleza-ainda-vai-ser-definida-diz-sme.ghml>. Acesso em: out. 2020.

As duas professoras têm entre 41 e 50 anos, sendo que a professora 1 tem 5 anos de docência e a professora 2 exerce a profissão há 16 anos. O conhecimento adquirido na experiência docente é fundamental porque permite ao professor tomar boas decisões em sala de aula sobre como usar o tempo, como organizar as crianças, como avaliar os desempenhos, etc (MORAIS, 2012). Nesse sentido, o conhecimento empírico anda de mãos dadas com o conhecimento científico alcançado nos cursos de graduação. Quando perguntada “Qual a sua formação inicial? Onde cursou e em que ano concluiu? Possui alguma pós-graduação? Se sim, em que?”, a professora 1 respondeu “Pedagogia pela FAIBRA, concluí em 2016, pós graduada em Psicopedagogia pela Unichristus” e a professora 2 é formada em “Pedagogia e Especialista em Alfabetização de Crianças”.

A respeito do processo formativo de professores e os currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil, Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo (2018) concluem que

Como se vê, diante de dificuldades como as crises econômicas que parecem insuperáveis, formar professores de crianças, jovens e adultos, é uma atividade que aponta para uma possível mudança estrutural em direção às aspirações das classes trabalhadoras, que dificilmente se realizará sem o apoio virtuoso dos educadores e da escola. Sendo assim, a formação de professores se consolida como um espaço estratégico para um processo de transformação social, e que ainda de acordo com Hobsbawm (2012), a mudança que precisa acontecer não virá apenas dos intelectuais, mas que não se realizará sem eles. (RIBEIRO; RABELO; MENDES SEGUNDO e CARMO, 2018).

Certamente, nenhum curso de graduação podia prever o que aconteceria nesse ano, e dessa forma, garantir a formação necessária para seus discentes. Destaca-se então, a importância das formações continuadas e em contexto. A LDB/96 delibera a respeito da formação docente afirmando no parágrafo 2º, do artigo 62, que “a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância”. Já o parágrafo único do artigo 62-A atesta que “garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação”. É certo que nenhum curso de graduação dos anos anteriores poderia prever e formar seus profissionais para atuar em meio a uma pandemia, porém, a escola tem autonomia e o dever de proporcionar formações para seus profissionais, de forma a criar estratégias para esse momento, entendendo a realidade e às necessidades do público que atende.

Sobre a formação e o trabalho docente em tempos de pandemia, foram levantados alguns questionamentos como: “Você participou/participa de alguma formação específica para realizar as atividades remotas? Se sim, qual? Se não, como aprendeu a manusear as ferramentas

necessárias ao trabalho remoto?”. A professora 1 afirmou que “Sim, a escola promoveu dois encontros pelo *Meet (Google Meet)* para nos ensinar sobre as aulas remotas”, já a professora 2 respondeu que aprendeu no cotidiano. A este respeito, segundo o documento “ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES ESCOLARES E REGISTRO DE DESEMPENHO” da SME, foram emitidas diretrizes para as escolas com o intuito de orientar as atividades remotas.

Santos (2020, p. 28) pontua que “a pandemia e a quarentena estão revelando que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando isso é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum”, nesse sentido, foi perguntado às entrevistadas “O que mudou na sua rotina desde o início das atividades on-line? Como sua jornada de trabalho foi modificada em tempos de pandemia? Aumentaram as horas de trabalho por dia e os dias de trabalho por semana? Em caso de aumento, exemplifique momentos ou situações específicas.”. Para a professora 1,

No início foi difícil eu me organizar para as aulas on-line, a minha jornada continua a mesma, eu tento atender aos meus alunos nos mesmos horários e dias que nos encontrávamos presencialmente, porém tenho alunos e pais que me procuram depois das 18hrs e também aos fins de semana. (PROFESSORA 1, 2020).

Já a professora 2 alegou que “tenho uma carga horária flexível”. Cabe ressaltar que a flexibilidade aqui não acontece em um sentido positivo, e sim como uma precarização ainda mais do trabalho docente, em que as professoras atendem alunos e famílias em horas e dias fora de sua jornada de trabalho, como finais de semana, feriados e à noite, muito em conformidade com que denuncia Antunes (2020) acerca do processo de precarização do trabalho que se agudiza e se expande no contexto da Pandemia atingindo com força sobre

[...] amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização, de subemprego e desemprego. Isso porque esses contingentes encontram-se frequentemente desprovidos de fato de direitos sociais do trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 22).

O planejamento é uma etapa de extrema importância na atividade docente porque é o momento de pensar sobre “o que fazer” e “como fazer”. Farias (2008, p. 143) afirma que uma aula “não pode ser improvisada ou feita de qualquer maneira no contexto escolar. Ela requer planejamento e acompanhamento”.

Buscando compreender como a pandemia interferiu nesse processo foram traçadas as seguintes perguntas: “Dispõe de tempo de planejamento específico para preparar para as aulas? Realiza essa tarefa sozinha ou com outros professores? Qual a periodicidade do planejamento: semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral ou anual?”. A professora 1 esclareceu que

“Sim, tenho tempo para planejar, planejo sozinha e semanalmente”, enquanto a professora 2 afirmou que “Disponho de tempo considerável para planejar. Planejamento quinzenal”. Durante a pesquisa ambas disponibilizaram para a construção deste artigo os planejamentos feitos no mês de setembro que estão anexados ao final desse trabalho. Percebe-se que o livro didático tornou-se o principal recurso/estratégia de ensino.

A respeito de como tem sido a experiência do acompanhamento da turma nesse período, as professoras descrevem como “as vezes sentimos alegria por ver alguns resultados, mas também temos angústia por não poder dar as aulas da maneira como gostaríamos, sempre fica faltando algo, não dá para substituir o presencial pelo online, eu sinto que as crianças estão tendo um enorme prejuízo” (professora 1) e “trabalho desolador tendo em vista a impossibilidade de acompanhar de perto as demandas que surgem referentes ao desempenho das crianças” (professora 2). As respostas oferecidas por elas evidenciam o quanto as emoções e a humanidade dessas profissionais estão entrelaçados com o trabalho docente e com a reflexão sobre a prática.

O diálogo entre família e escola têm sido ainda mais necessários nesse momento, tendo em vista que as atividades são enviadas através de grupos no *Whatsapp* compostos por professoras e as famílias (especialmente as mães) ou responsáveis pelas crianças. Como já dito anteriormente, se faz o envio das páginas do livro *Luz do Saber*⁷ acompanhado da solicitação de atividades escritas no caderno.

Esse intercâmbio entre família e escola é referido na LDB/96 que em seu art. 2º responsabiliza a família e o Estado na efetivação do direito à educação, ademais, o documento assegura a atuação da família nas tomadas de decisões da escola através da gestão democrática, estabelecendo que um dos princípios a serem seguidos pelas instituições de ensino é o modelo de gestão que conte com a participação de diversos agentes, como os profissionais da educação (diretores, coordenadores, professores, dentre outros), a comunidade e as famílias. Tal articulação está expressa no inciso VIII do art.3º, no inciso VI do art. 12, no inciso VI do art. 13 e por fim, no inciso II do art. 14.

Mesmo com todas as dificuldades inerentes ao momento vivido, as professoras classificam a participação e a frequência da turma como boa e regular, afirmando que “*os pais são na grande maioria, muito dedicados*” (Professora 1) e que “*a maioria esforça-se para acompanhar os filhos*” (Professora 2). Identifica-se aqui que as famílias, ainda que leigas no

⁷ O livro faz parte do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma política pública do Governo do Estado desde 2007.

aspecto da formação pedagógica, têm o conhecimento do quanto a etapa da alfabetização é importante para o desenvolvimento de seus filhos e têm dedicado bastante de si mesmas para fazerem aquilo que é possível no momento.

Infelizmente, muitas famílias têm enfrentado situações ainda maiores de vulnerabilidade social e econômica com o aumento do desemprego no país em decorrência da pandemia, muito comum na escola onde as 2 professoras. No entanto, a professora 2 faz uma pequena ressalva de que a turma acompanhada por ela não integra esse grupo, definindo-os como “não muito pobres” e com condições básicas de asseio e higiene, além de condições de acesso às tecnologias necessárias, como celular, internet e *Whatsapp*. No geral, considerando a totalidade dos dados da realidade da escola e da comunidade atendida por ela, os dados do eixo “sobre as condições socioeconômicas das famílias” indicam que a maior parte das crianças não apresentam condições satisfatórias de participar das atividades no ensino remoto emergencial.

Considerações finais

Diante da realidade cruel e desanimadora imposta pela pandemia da Covid-19, pode-se inferir que aquilo que é possível de ser feito para minimizar os danos na aprendizagem das crianças em fase de escolarização, está sendo feito. O “ensino” remoto não é o modelo ideal e carrega em si a necessidade de lutar pela educação do país, na busca de qualidade em sua oferta.

O trabalho docente sofre com a precarização, as famílias padecem com a nova função atribuída a elas, em que a mãe, o pai, os avós e responsáveis passam a ser os professores de suas crianças, e da mesma forma, as crianças sofrem com o isolamento, a distância daqueles que amam e a saudade do espaço escola. Destaca-se que muitas nuances permeiam a atividade docente e que, no caso analisado, mesmo com as dificuldades, o momento é de ressignificação do papel e da prática do/a professor/a e o quanto é necessária uma política pública de apoio financeiro e sócio pedagógico nesse contexto, além do fortalecimento dos laços entre a escola e a comunidade.

Elucidando à questão de pesquisa que norteou esse trabalho, as práticas pedagógicas estão acontecendo mediante conversas no *Whatsapp* onde são direcionadas atividades do livro ou no caderno, reforçando uma concepção um tanto limitada de que o livro é quem norteia a aula. Porém, como dito anteriormente, o possível está sendo feito dentro das condições das famílias e das professoras. A ludicidade e as brincadeiras que são tão imprescindíveis na

apropriação da língua escrita têm sido deixados de lado pela necessidade, pois o acompanhamento das atividades é feito por familiares e responsáveis que não são pedagogos/professores para orientar melhor esse processo.

Por fim, mesmo diante das adversidades do ensino virtual em contexto de pandemia, a experiência do estágio foi rica em aprendizagens, apesar de não termos tido a possibilidade do contato direto com a escola e com as crianças e sem as vivências da regência em sala de aula. É mister ressaltar que, enquanto produtores de conhecimento científico e professores em formação, os estagiários puderem oferecer sua contribuição ao mundo nesse momento histórico para compreender como a educação está sendo impactada pela pandemia.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Rede Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544/2020**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356/2020**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11/2020**. Brasília: Ministério da Educação, 7 jul. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pecp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 out. 2020.
- CEARÁ. Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. **Diário Oficial do Estado do Ceará**: Fortaleza, CE, Série 3, Ano XII nº 053, Caderno ¼, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CEARÁ. **Decreto n° 33519, de 19 de março de 2020.** Dispõe sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus. Fortaleza: Palácio da Abolição, 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390941>. Acesso em: 20 out. 2020.

FORTALEZA. **Parecer CME n° 086/2020.** Fortaleza: Conselho Municipal de Educação, 2020. Disponível em: <http://cme.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/e>. Acesso em: 20 out. 2020.

FORTALEZA. **Resolução CME n° 22/2020.** Fortaleza: Conselho Municipal de Educação, 2020. Disponível em: <http://cme.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/e>. Acesso em: 20 out. 2020.

FARIAS, Maria Sabino *et al.* **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Fortaleza: Liber Livro, 2008.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. **Orientação para a realização das avaliações escolares e registro de desempenho.** Fortaleza: SME, 2020.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 25 out. 2006. ISSN 2178-4442. DOI <https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542/7012>. Acesso em: 20 out. 2020.

Ribeiro; Rabelo; Mendes Segundo e Carmo. Os novos currículos dos Cursos de Pedagogia: indicadores e tendências. *In: Cadernos de Pesquisa.* São Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), v. 25, n. 4, p. 53-69, out./dez. 2018. ISSN 2178-2229. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/10441/6039>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book.*

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado?. *In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.). Práticas de leitura e escrita.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, p. 18-23, 2006.